

Jornalismo e Meio Ambiente A contribuição dos Meios de Comunicação e o conceito de Sustentabilidade

Pedro Celso Campos¹

Resumo: Este artigo é uma reflexão sobre a contribuição que os meios de comunicação social podem dar ao debate público sobre os problemas ambientais. A Agenda XXI e vários outros documentos da ONU chamam atenção para a necessidade de informar e conscientizar a sociedade. Por outro lado, as Teorias da Comunicação têm sempre em comum o imperativo do emissor se fazer entender pelos receptores, de tal modo que eles possam ser agentes da mudança e não apenas passivos observadores. O primeiro passo, portanto, é estudar a questão ambiental, pautar adequadamente o tema e levar esclarecimento. Não é o que ocorre, por exemplo, com alguns conceitos técnicos da área, destacando-se o de “sustentabilidade”, surgido nos anos 70 para nortear políticas públicas a serviço da preservação da vida presente e, principalmente, futura, e, hoje, utilizado até mesmo como parâmetro de preservação dos lucros e das vantagens resultantes da exploração da natureza.

Palavras-Chave – Teoria da Comunicação – Sustentabilidade Ambiental – MCM

JOURNALISM AND ENVIRONMENT Media contribution and the concept of sustainability

Abstract: This article is a reflection about the contribution the social communication media can provide to the public debate about the environmental concerns. The Agenda XXI and several other UN documents call to the need to inform and educate the society. On the other hand, the Communication theories always have in common the imperative of the emitter to be understood by the recipient, in such a way that they can become change agents and not only observers. The first step is, therefore, to study the environmental question, adequately focus the theme and convey clarification. It is not what happened, for instance, with some technical concepts from the area, in particular sustainability, that came about in the 70's to guide public policies at the service of the life preservation and specially, future and today, utilized even as a parameter of preservation of profit and advantage resulting from exploitation of nature.

Key-Words – Theory of Communication - Environmental Sustainability – MCM

PERIODISMO Y MEDIO AMBIENTE La contribución de los medios de comunicación y el concepto de sostenibilidad

Resumen: Este trabajo es una reflexión sobre la contribución que los medios de comunicación pueden aportar a un debate público sobre los problemas ambientales. Agenda XXI y varios otros documentos de la ONU llaman la atención sobre la

¹ Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo(2006), tem pós-doutorado na mesma área pela Universidade de Sevilha(2008), integra o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação-FAAC da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP e é Coordenador de Ensino de Jornalismo na mesma instituição

necesidad de informar y educar a la sociedad. Por otra parte, las teorías de comunicación siempre tienen en común la necesidad imperiosa de que el emisor hagase entender por los beneficiarios, para que puedan ser agentes de cambio y no sólo observadores pasivos. El primer paso es, pues, estudiar el tema del medio ambiente, bien guiado el tema y llevar a la iluminación. No es lo que sucede, por ejemplo, con algunos conceptos técnicos de la zona, destacando la "sostenibilidad", que apareció en los años 70 para orientar las políticas gubernamentales que promuevan la preservación de la vida presente y, sobre todo, futura, y hoy en día, incluso, se utiliza como parámetro para preservar los beneficios y las ventajas derivadas de la explotación de la naturaleza.

Palabras clave - Teoría de la Comunicación - Sostenibilidad ambiental - MCM
Introdução

Em seu nascedouro, nos anos 70, os debates em torno dos problemas ambientais, que já se agravavam, foram sistematizados em torno da palavra "sustentabilidade". Defendia-se um desenvolvimento que assegurasse o bem-estar das populações atuais, em todo o mundo, mas que não comprometesse o bem-estar das futuras gerações. Discutia-se a necessidade de substituir a utilização dos recursos naturais – em vias de esgotamento - por produtos renováveis, abandonando-se, progressivamente, a era do carbono, que aquece a atmosfera, e avançando para o uso de energias limpas, que não poluem, não degradam. A ênfase na política de reciclagem, no manejo florestal em substituição às queimadas, na preservação da água e na proteção dos mananciais, sempre com a preocupação de deixar para as futuras gerações um mundo mais limpo, onde a vida possa continuar existindo de forma plena, são iniciativas ambientalmente sustentáveis.

Assim, a expressão "sustentabilidade", que simbolizava todo esse mega-projeto ambiental, ganhou escala nos meios de comunicação, tornando-se conhecida no mundo inteiro. Por isto mesmo, percebendo que, no fundo, o que se pretendia era reduzir os grandes lucros da operação capitalista responsável pela destruição da vida no planeta nos últimos 300 anos, e percebendo que o termo caíra no gosto popular, os paladinos do neo-liberalismo trataram de "unir-se ao inimigo" porque não ficava bem combatê-lo. Afinal, não existe capitalismo sem consumo e não existe consumo sem clientes que "acolham" não só os produtos, mas, principalmente, a *marca* que os representa no mercado mundial. Por isto a idéia de "sustentabilidade" foi rapidamente incorporada à própria idéia de exploração capitalista, voltada para a exploração da natureza até os seus últimos suspiros desde que o lucro da empresa seja "sustentável".

Essa circularidade que leva um conceito a significar o oposto daquilo para o qual foi criado, já está presente no corpo teórico que explica o funcionamento dos

meios de comunicação. Trata-se da Teoria da Circularidade que integra o produtor e o receptor do discurso comunicacional em um mesmo sistema, conforme veremos mais adiante. Também está presente na visão sistêmica do fluxo de produtos cujo consumo desenfreado sobrecarrega os ecossistemas. Por isto se discute em países ambientalmente mais evoluídos, como a Alemanha, o Princípio da Responsabilidade do Produtor, tornando o produtor solidariamente responsável pelo lixo final no qual seu produto vai se transformar após a vida útil, principalmente produtos mais duráveis como eletrodomésticos, computadores, carros etc. Por este princípio, o produto deve sair do berço da fábrica e voltar ao berço da fábrica ao invés de ser “desviado” para o túmulo do “lixão” ou de um terreno baldio, no final da sua vida útil. Nesse contexto circular, o consumidor é “usuário” do produto e não seu proprietário definitivo. O que ele paga pelo produto refere-se ao “uso” do produto e não ao seu descarte tecnicamente correto (o que exige todo um processo que só o fabricante domina). É de se esperar que os produtos serão menos descartáveis quando o produtor tiver a obrigação de recebê-lo de volta, após o uso, para a desmontagem e reciclagem corretas. Sob esta ótica, o produtor deve vender o produto enquanto “serviço”, não enquanto “lixo”, e se é ele quem recebe pelo produto, é a ele que cabe o dever de reciclá-lo. A isto poderíamos chamar, talvez, “ciclo sustentável de produção e consumo”.

Por tudo isto, entendemos que o estudante de jornalismo, o operador dos meios de comunicação e todas as pessoas com poder de persuasão, nos mais diferentes púlpitos, podem e devem contribuir com uma informação ambiental correta, visando não apenas informar, mas transformar. Concordamos, naturalmente, que todos somos responsáveis pela preservação da vida humana no planeta, mas acreditamos que essa responsabilidade social é ainda maior para os comunicadores. Portanto, não podemos, nós que lidamos com a comunicação, ignorar o debate ambiental. Precisamos estar preparados, no meio acadêmico, na utilização dos gêneros jornalísticos, na condução de entrevistas, na produção de reportagens, em textos assinados, ou até na produção de pautas, para discutir as questões relacionadas com essa área. As pessoas esperam que expliquemos o significado exato da terminologia ambiental, como neste exemplo, entre tantos outros, da palavra “sustentabilidade” que estudaremos a seguir.

Sustentabilidade

É consenso que a redução do consumo ou, pelo menos, um consumo mais consciente, poderia contribuir com a sustentabilidade da vida humana no planeta. Muitos ambientalistas defendem essa idéia em todo o mundo. No Brasil, destaca-se o trabalho do Instituto Akatu (<http://www.akatu.org.br>), entre outros. É uma idéia que poderia ser amplamente apoiada pelos meios de comunicação e pelos comunicadores. Entretanto, muitas vezes ela esbarra em fortes interesses contrários que tendem a estimular o consumo de determinados produtos, mesmo quando prejudiciais à saúde ou embalados com materiais que ficarão sobrecarregando o meio ambiente por séculos, como é o caso do plástico.

Outros defendem a idéia de que os países ricos deveriam se contentar com um crescimento menor para poluir menos. No exemplo do Princípio de Responsabilidade do Produtor, aqui exposto, estaria incluída essa noção de solidariedade coletiva. Mas esse projeto tem enfrentado muita resistência na própria Alemanha, um dos primeiros países a se preocupar com o meio ambiente e o primeiro também a levar o debate para a política com a criação do Partido Verde. Naturalmente o modelo de produção capitalista não tem muita afinidade com essas questões de solidariedade. Quando muito, de modo geral, grandes empresas concordam em investir parte de seus lucros em atividades ambientais controladas, destinadas ao “branqueamento” da imagem, porque isto é bom para os negócios. Entretanto, também neste caso as generalizações podem induzir a graves erros de avaliação. Há, sim, iniciativas sérias de empresas que tentam encontrar um meio termo entre continuar crescendo sem abrir mão de bons projetos ambientais, como têm feito algumas redes de supermercados ao adotarem sacolas plásticas biodegradáveis, só para mencionar um exemplo. Neste caso, toda vez que o cliente dessas redes faz a opção de levar os produtos para casa em sacolas de pano e não em sacolas plásticas convencionais, também ele está dando a sua contribuição ao princípio da “sustentabilidade”.

Por outro lado, se é grave o problema do lixo produzido pelo excesso de consumo, mais grave ainda são as mudanças climáticas causadas pelo aquecimento global. Neste particular, a preocupação é quase alarmante, levando a ONU e dirigentes mundiais a insistirem na necessidade da redução da emissão de gases causadores do efeito estufa. Acima da polêmica instalada de que caberia aos países ricos pararem de crescer e aos países em desenvolvimento abrirem mão do crescimento, o certo é que alguns países têm se destacado na corrida contra o aquecimento. É o caso, por exemplo, do Reino Unido, primeira nação a legislar sobre a meta de cortar 80% das emissões até 2050 e a lançar a idéia de adotar, até 2022,

orçamentos quinquenais de carbono, chegando a 2020 com emissões 18% inferiores às de 2008, como relata o professor da USP José Eli da Veiga (cf Veiga, 2010). Segundo ele, também a França está empenhada neste mesmo sentido, com proposta em andamento para cortar três quartos de suas emissões até 2050. A diferença é que os franceses optaram pela criação de uma “taxa carbono” que vai incidir sobre o consumo de combustíveis fósseis, começando com 17 euros por tonelada, desde 2010, mas toda a arrecadação será devolvida à população através de um cheque verde ou de deduções no Imposto de Renda. Trata-se, portanto, de uma medida de conscientização, significando que todos nós – através do nosso consumo ou da nossa pegada ecológica – somos responsáveis pela sustentabilidade.

A luta de todos os países contra o aquecimento global que provoca as fortes mudanças climáticas destina-se a evitar que o nível de aquecimento chegue a 2°C além de seu nível pré-industrial. O professor Eli cita o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC (criado em 1988 pela ONU, durante convenção do clima em Toronto) para informar que

... será loucura deixar que a temperatura global aumente 2°C além de seu nível pré-industrial porque isto poderia causar desastres já estimados, tais como: entre 0,7 e 4,4 bilhões de pessoas sofreriam de crescente falta de água; haveria queda de rendimentos agrícolas em muitos países pobres; as florestas amazônicas seriam irreversivelmente comprometidas; de 15% a 40% das espécies se extinguiriam; geleiras desapareceriam; o derretimento da placa de gelo da Groelândia aceleraria a elevação do nível do mar; e o *permafrost* (gelo permanente) siberiano exalaria seu imenso estoque de metano (CH₄), um gás-estufa bem mais furioso que o dióxido de carbono (CO₂). (cf Veiga, 2010 - 74).

Atualmente, tanto pela imposição das leis ambientais, quanto pela pressão da opinião pública, nenhum empreendimento pode prosperar sem levar em conta que o aquecimento global é a maior ameaça do momento, maior mesmo que o terrorismo, as armas nucleares, a instabilidade no Oriente Médio etc. E não se pode ignorar o papel que os meios de comunicação exercem para cobrar leis cada vez mais eficientes e para esclarecer sempre mais a população. A este respeito, o professor Veiga explica:

Há quase unanimidade sobre uma espécie de ‘santíssima trindade’ da cruzada contra o aquecimento: a) precificar o carbono, mediante taxaço, comércio e regulação; b) adotar programas que acelerem o surgimento de tecnologias capazes de descarbonizar as matrizes energéticas; c) informar, educar e persuadir os cidadãos sobre as alterações comportamentais que se impõem. (Veiga, 2010-71).

Significa dizer que a “sustentabilidade dos lucros” precisa dar lugar à “sustentabilidade da vida”. Desse modo, o jornalista bem informado terá interesse em

se aprofundar sobre as razões que levam um empreendimento a propor a destruição de uma área ambiental sob a promessa de gerar empregos e melhorias para a população do entorno. Trata-se de discutir, a partir da pauta, de que sustentabilidade se está falando. E o comunicador deverá cumprir o papel social de denunciar os casos em que, por trás do belo discurso, esconde-se a destruição das condições de vida futura. É isto que também espera a Agenda XXI, adotada em 14/06/1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro.

Esse compromisso tácito da mídia com a opinião pública está na raiz da própria existência dos meios de comunicação, conforme observado nas teorias da comunicação. Vamos refletir um pouco sobre esta questão, a seguir.

A necessidade de Informar

Coincidimos com inúmeras pesquisas que é complicado definir, categoricamente, as motivações da imprensa para descobrirmos porque as notícias são como são. Talvez ajude estudar o contexto em que se dá o processo de comunicação de massa. Em breve olhar sobre as teorias da comunicação vemos a ênfase quantitativa no experimento de Shannon², onde já estavam presentes os conceitos de redundância, *feedback*, linearidade, ruído, entropia etc. Mas foi a Teoria Cibernética³ que desenvolveu, nos anos 1940, o princípio da circularidade da informação como processo comunicativo, incorporando as bases da Teoria Geral dos Sistemas formulada, no final dos anos 1930, pelo biólogo

² O modelo básico proposto pela teoria de Shannon é um esquema linear destinado a medir, quantitativamente, a emissão e recepção de um sinal à distância. Trata-se de estudar as possibilidades de redução das interferências, ou *ruídos*, que possam prejudicar a eficácia do sinal emitido, ou seja, Shannon busca o equacionamento de informação com previsibilidade estatística, duas quantidades que podem ser medidas com o logaritmo da recíproca da probabilidade.

³ Pode-se entender como complementares os estudos de Shannon e de Wiener, pois enquanto a Teoria da Informação estuda a “reprodução, em um ponto dado, de maneira exata ou aproximativa, de uma mensagem selecionada em outro ponto”, a Teoria Cibernética define que “a soma de informação em um sistema é a medida de seu grau de organização”. A *entropia*, segundo Wiener, é, exatamente, esse grau de desorganização. A verificação do grau de *entropia* se dará através do retorno (*feedback*) obtido pelo emissor, surgindo, então, o conceito de circularidade da informação

austríaco Ludwig Von Bertalanffy, o qual, por sua vez, inspirou-se nos estudos que o matemático e filósofo inglês Alfred North Whitehead realizou, na década de 1920, sobre uma filosofia fortemente orientada em termos de processo. Na década de 1940, Bertalanffy tentou combinar os vários conceitos do pensamento sistêmico e da biologia organística em uma teoria formal dos sistemas vivos. Embora desconhecido no ocidente, antes de Bertalanffy um outro pesquisador formulou uma abordagem sistêmica que incluía também os elementos não vivos. Foi o médico, filósofo e economista russo Alexander Bogdanov, que deu nome à sua teoria de “Tectologia”, do grego “tekton” (construtor), o que pode ser traduzido como Ciência das Estruturas. Esta foi a primeira tentativa, na história da ciência, para chegar a uma formulação sistêmica dos princípios de organização que operam em sistemas vivos e não vivos, apresentada como Ciência Universal da Organização e definida como “a totalidade de conexões entre elementos sistêmicos”. Bogdanov distinguiu três tipos de sistemas: Complexos organizados (onde o todo é maior que a soma das partes); Complexos desorganizados (onde o todo é menor que a soma das partes) e Complexos neutros (onde as atividades organizadora e desorganizadora se cancelam mutuamente).⁴ A estabilidade e o desenvolvimento de todos os sistemas podem ser entendidos por meio de dois mecanismos organizacionais básicos: formação e regulação. A dinâmica da formação consiste na junção de complexos por intermédio de vários tipos de articulações. Enfatiza, em particular, que a tensão entre crise e transformação tem importância fundamental para a formação de novos complexos. Podemos perceber com mais clareza através de exemplos citados por Edgar Morin, quando trata da interdisciplinaridade:

A noção de informação, originada da prática social, adquiriu um sentido científico, preciso, novo, na teoria de Shannon, depois, migrou para a Biologia para se inserir no gene, onde foi associada à noção de código genético. A Biologia Molecular muitas vezes esquece que, sem essas noções de herança, código, informação, mensagem de origem antropossociomorfa, a organização viva seria ininteligível. [...] Mais importantes são as transposições de esquemas cognitivos de uma disciplina para outra. Assim, Claude Lévi-Strauss não poderia ter elaborado sua antropologia estrutural sem os freqüentes encontros que teve em

⁴ Blaise Pascal já afirmava três séculos atrás: " Uma vez que todas as coisas são causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas, e todas estão presas por um elo natural e imperceptível, que liga as mais distantes e as mais diferentes, considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, tanto quanto conhecer o todo sem conhecer, particularmente, as partes". Cf. MORIN, op. cit. p. 116.

Nova York - nos bares, parece - com R. Jakobson, que já havia elaborado a lingüística estrutural; além disso, Jakobson e Lévi-Strauss não se teriam conhecido se ambos não fossem refugiados da Europa: um escapara da Revolução Russa, algumas décadas antes, o outro deixara a França ocupada pelos nazistas. [...] um poderoso antídoto contra o fechamento e o imobilismo das disciplinas vem dos grandes abalos sísmicos da História (inclusive uma guerra mundial), das convulsões e revoltas sociais, que, por acaso, provocam encontros e trocas que permitem a uma disciplina disseminar uma semente da qual nascerá uma nova disciplina. (MORIN, 2003, p. 108 - 109)⁵

Assim como Bogdanov, outros cientistas utilizavam, em sua época, os termos “sistema” e “pensamento sistêmico”, mas foram as concepções de Bertalanffy de um sistema aberto e de uma Teoria Geral dos Sistemas que desenvolveram o pensamento sistêmico moderno como um movimento científico de primeira grandeza. Com o forte apoio subsequente da cibernética, as concepções de pensamento sistêmico e de teoria sistêmica tornaram-se partes integrais da linguagem científica estabelecida e levaram a numerosas metodologias e aplicações novas como a engenharia de sistemas e a análise de sistemas.

Estudando a teoria de Bertalanffy, Norbert Wiener a entendeu como uma “lógica da mente”, uma abordagem unificada dos problemas de comunicação e controle, propondo, então, um novo nome: Cibernética, do grego Kybernetes (timoneiro). Logo a Cibernética ganhou espaço próprio nos estudos científicos, pois os ciberneticistas não eram nem biólogos, nem ecologistas. Eram matemáticos, neurocientistas, cientistas sociais e engenheiros. Concentravam-se em padrões de comunicação, especialmente em laços fechados e em redes, o que derivou em teorias afins, todas relacionadas com o funcionamento de sistemas, como a própria Teoria das Redes (aplicada atualmente por Pierre Levy et al no estudo do hipertexto), a Teoria dos Gráficos, a Teoria dos Compartimentos, a Teoria do Caos (que comporta a noção de entropia), a Teoria dos Jogos (desenvolvida por Neumann para explicar o comportamento dos jogadores supostamente “racional” para obter o máximo de ganhos com o mínimo de perdas mediante adequadas estratégias contra o outro jogador), a Teoria dos Autômatos com entrada (*input*) e saída (*output*) que pode ser aplicada no sistema de aprendizagem pelo modelo de tentativa e erro e que foi a base da Máquina de

⁵ Cf. MORIN, 2003, p. 108 - 109

Turing capaz de imprimir a combinação binária de “1” e “0” numa fita, ao infinito, conforme já vimos antes. Também surgiram, daí, a Teoria da Decisão (baseada na Teoria Matemática que trata de escolhas entre alternativas), a Teoria da Fila (destinada à otimização de arranjos em condições de aglomeração) etc.

A partir da Teoria Geral dos Sistemas, os ciberneticistas desenvolveram os conceitos de realimentação, auto-regulação e auto-organização, pois os estudos cibernéticos estavam ligados à pesquisa militar norte-americana interessada na precisão de canhões anti-aéreos. Além de Norbert Wiener e Claude Shannon, os militares contavam com outros matemáticos e engenheiros renomados, como o já citado John Von Neumann e Warren McCulloch. As pesquisas conduziram a estudos relacionados com os mecanismos neurais subjacentes aos fenômenos mentais e o desafio era expressá-los em linguagem matemática explícita, criando uma consciência exata da mente, essa parte do corpo humano ainda tão desconhecida.

A abordagem sistêmica, sendo estritamente interdisciplinar, permite integrar as várias especialidades que caracterizam a ciência moderna mediante a interligação da complexa rede de dados, técnicas e estruturas teóricas de cada campo, aproximando-nos da meta da unidade da ciência, além de ser um importante meio para alcançarmos uma teoria exata nos campos não físicos ou morfogênicos.

A este propósito, o físico indiano Amit Goswami, professor de Física na Universidade do Oregon e de Física Nuclear Teórica na Universidade de Calcutá, propõe um novo paradigma científico que prevê um salto “quântico” em relação ao cartesianismo que separa a realidade em mente (o âmbito da religião) e matéria (o âmbito da ciência) propondo, assim, uma janela visionária para a espiritualidade. Para Amit o paradigma separatista newtoniano – baseado em Descartes - saiu-se vitorioso no universo capitalista porque foi bem sucedido na explicação do cosmo sem Deus, sem consciência. Hoje, porém, a situação de mal-estar que caracteriza o ser humano a partir de qualquer abordagem filosófica, só poderá ser vencida com o intercâmbio entre a ciência e a espiritualidade.⁶

Não podemos compreender o processo de comunicação somente à luz do paradigma separatista. Matemáticos, engenheiros e ciberneticistas explicam friamente o processo técnico da comunicação, mas trata-se de uma ênfase quantitativa que nem sempre privilegia os amplos espaços da intencionalidade, do

⁶ Cf. GOSWAMI, 2003, p. 12.

contexto, das diversas influências que perpassam o processo comunicacional. É certo que do ponto de vista lógico uma redação de jornal é como uma caixa preta – conforme a imagem proposta por Umberto Eco. Ela recebe todo tipo de dados e informações (*input*), durante o dia, e no outro dia toda aquela montanha de dados sai (*output*) devidamente organizada e sistematizada para cumprir sua função de informar. É um modelo matematicamente correto, tecnicamente explicado. Entretanto, segundo a Teoria de Bertalanffy, esse sistema precisa ser alimentado, o que se fará através do planejamento da edição (que inclui as tarefas do pauteiro, a infra-estrutura de apoio operacional) etc. O sistema também precisa de retro-alimentação e isto virá com a resposta (*feedback*) do receptor. Nem sempre essa resposta será linear como defendia uma antiga teoria conhecida como Teoria da Agulha Hipodérmica, que aplicava o modelo matemático de Shannon à comunicação de massa, imaginando que os meios agiam instantaneamente sobre a mente do receptor dirigindo sua conduta como se fosse um autômato.

Com o nível de informação dos dias atuais (basta lembrar que uma edição do **New York Times** contém mais informação do que aquela que as pessoas do séc. XVII conseguiam ter em toda a sua vida) não seria tão fácil levar as pessoas a acreditarem na invasão da terra pelos marcianos como fez Orson Welles na **Rádio Mercury Theater** numa transmissão para o Dia das Bruxas de 1938, a partir da novela de H. G. Wells, *Guerra dos Mundos*, ainda que não se possa subestimar o poder de persuasão da televisão, conforme o segmento de público atingido. O que se observa, de fato, é que a maioria das teorias tradicionais não dão conta de explicar, satisfatoriamente, o processo comunicacional porque, fundamentalmente, não existe uma comunicação direta entre emissor e receptor. O que existe é a intercomunicação de sistemas. Como descreveu Bertalanffy, os sistemas são abertos e estão relacionados com inúmeros subsistemas, acima ou abaixo. Se conceituarmos a redação do jornal como um sistema de comunicação, veremos que trata-se de um sistema aberto a outros sistemas que o alimentam com informações (fontes), que asseguram sua sobrevivência física (empresa), que corrigem seus desvios (pesquisa, concorrência, mercado), que selecionam o que será publicado (repórteres, editores) etc. Podem ser vistos como sub-sistemas os demais vínculos de cada um desses sistemas com outros, como, por exemplo, no caso da empresa, os fornecedores de matéria-prima, os anunciantes, os bancos etc. Todavia, sabemos que toda teoria é parcial na medida em que não dá conta de explicar totalmente a verdade dos fenômenos - e é isto que impulsiona o

processo de conhecimento, através da pesquisa – portanto também a Teoria Geral dos Sistemas é passível de crítica. Para Habermas (1987),⁷ por exemplo, "a Teoria de Sistemas, ao concentrar-se exclusivamente sobre os mecanismos de regulação sistêmica, negligencia a questão da 'mudança no caráter da liberdade', introduzido pela separação dos sistemas de ação do mundo da vida e, sobretudo, a respeito dos impulsos prático-morais de seus membros".

Certamente Habermas está se referindo aos variados graus de consciência individual, isto que Nietzsche chamará de "vontade de potência", diante da realidade concreta. Com efeito, os graus de liberdade do indivíduo variam não apenas em decorrência da situação vivida, mas de sua formação ética, moral, cultural etc. Assim, não basta explicar, mecanicamente, o funcionamento dos sistemas. É necessário perceber a rica e incomensurável variedade de sentidos que a ação do indivíduo exerce no interior do processo.

Feito o recorte crítico, é adequado reconhecer que o sistema (de comunicação) se desarticula (Teoria do Caos,) se não conseguir entrar em contato com outro sistema de igual grandeza, o sistema de recepção da mensagem, formado pelos leitores do jornal (ou telespectadores da TV, os internautas etc). Do mesmo modo que o sistema de uma redação está ligado aos sistemas das demais redações formando o sistema comunicacional, também o sistema do receptor está interligado com o sistema das representações sociais.

Ao abordar a "estética da recepção", o filósofo Hans Robert Jauss (1994), já citado, refere-se a uma valorização do receptor, na literatura moderna, a ponto dele determinar o contexto de produção do discurso. Para se retro-alimentar e corrigir permanentemente sua rota – como um sistema que se auto-regenera e por isto sobrevive – o sistema de comunicação precisa valorizar a opinião do seu receptor, respeitá-la, acatá-la, levá-la a sério. Na mesma medida, cumpre ao sistema receptor organizar-se, dentro da sociedade civil, para cobrar qualidade e ética dos meios de comunicação.

Concluiremos, assim, que a Teoria Geral dos Sistemas, confirmando de certa forma, A Teoria da Ação Política, está a nos mostrar que o bom êxito da comunicação não se encontra, separadamente, na emissão ou na recepção, mas na contextualização do processo. Sendo assim, se considerarmos que o sistema do receptor está interconectado com o sistema social de recepção, teremos que as notícias devem ser como a sociedade quer e não como os jornalistas ou as

⁷ Cf. HABERMAS, *Teoria de la Acción Comunicativa*, Madrid: Taurus, 1987, p. 451.

organizações querem. Essa idéia de circularidade da informação está presente já na formulação de Lazarsfeld⁸ sobre a importância dos formadores de opinião. Para ele a comunicação não é um processo meramente vertical ou linear. Ela comporta uma horizontalidade (sistêmica) segundo a qual os formadores de opinião são o primeiro degrau na instância de recepção da mensagem.

Na família ou no trabalho sempre encontramos alguém “explicando” as notícias do dia. E porque é preciso explicá-las? Porque a mídia, no seu elitismo, apresenta-se de costas para o sistema do receptor. Os vários segmentos de público que integram o sistema social recebem de modo diferenciado a mensagem comunicativa. Cada pessoa entende de um modo. Mas todos concordam que o ser humano tem necessidade de se manter informado sobre os fenômenos do mundo. Em certa medida, a satisfação dessa necessidade lhe assegura o sentimento de pertencimento, de inserção, de participação social, cidadã, cultural etc.

O dever de Informar

Além do que recomendam as teorias, aqui rapidamente examinadas, os meios de comunicação também devem estar atentos ao seu compromisso ético com as atuais e as futuras gerações, bem dentro daquilo que se define como “sustentabilidade”. Cabe-lhes o dever de informar corretamente sobre o meio ambiente, privilegiando a preservação da vida, o que, muitas vezes, recomenda uma cobertura continuada e sóbria, ao invés do ímpeto sensacionalista voltado apenas para a ampliação da audiência. Por sinal, é necessário reconhecer que a informação bem apurada não é um favor que o veículo de comunicação faz aos seus receptores, é um dever legalmente reconhecido, correspondendo ao direito que todo receptor tem de ser bem informado. Esse tema também tem sido tratado por especialistas do Direito

⁸ Cf. MATTELART, 1999, p. 47 - 48

e podemos citar, como exemplo, o renomado jurista Antônio Augusto Cançado Trindade que assim se expressa ao se referir às medidas preventivas na área ambiental e ao reconhecer a preservação do meio ambiente como direito fundamental do cidadão: “As medidas preventivas comportam um direito de informação sobre os projetos e as decisões suscetíveis de ameaçar o meio ambiente e sobretudo um direito de participação no processo decisório da matéria” (cf . Trindade, 1993). Ele também reconhece que “toda estratégia de crescimento, para ser sustentável, deve respeitar o meio-ambiente”.

O professor da Universidade de Direito, Economia e Ciências de Paris, Daniel Bardonnnet, ao prefaciar a obra de Trindade (1993), lembra que o direito de participação nas decisões de caráter ambiental está prescrito em diversas recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-O.C.D.E., em diversas diretivas da Comunidade Econômica Européia-C.E.E., na Carta Mundial da Natureza (adotada por uma resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas datada de 28/10/ 1982) e na Convenção sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (assinada em Kuala Lumpur, em 9/07/ 1985, pelos Estados do sudeste asiático).

Em 7/03/1992, com a participação de especialistas internacionais, o Seminário Interamericano sobre Direitos Humanos e Meio-Ambiente, promovido pelo Instituto Americano de Direitos Humanos, em Brasília, reconheceu que existe uma relação íntima entre desenvolvimento e meio-ambiente, desenvolvimento e direitos humanos, e meio-ambiente e direitos humanos, o que evidencia o pressuposto de que a sustentabilidade não pode se ater apenas a meras questões de lucratividade empresarial. O referido seminário recomendou a necessidade de se desenvolver ainda mais os princípios jurídicos internacionais de responsabilidade por dano ambiental e sua respectiva compensação.

Entretanto, é necessário um estado amplamente democrático para que os meios de comunicação possam cumprir, com liberdade e responsabilidade, a importante tarefa de informar e conscientizar, a julgar pelo item V da resolução aprovada no Seminário de Brasília, aqui transcrita literalmente: “El proceso democrático es esencial para asegurar el desarrollo sustentable, em particular porque garantiza la participación pública y promueve el acceso a la información relativa al medio ambiente”. (CF. Trindade, 1993-36).

É também no ambiente democrático que se poderá desenvolver, com vontade política e apoio da opinião pública conscientizada pela mídia, as políticas públicas

destinadas à erradicação da miséria e pela vida. Com efeito, todos reconhecem que o principal problema ambiental, no mundo, é a pobreza. Não se pode falar em qualidade de vida quando as pessoas não têm comida, água e saneamento básico. Em nossa região e em nosso país, esse é um problema ainda mais grave segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD:

Na América Latina, as duas Conferências Regionais sobre a Pobreza (Cartagena das Índias, agosto de 1988, e Quito, novembro de 1990), realizadas sob os auspícios do PNUD, estimaram que, enquanto em 1960 a população pobre da região era de 110 milhões (equivalente a 51% da população), em 1986 verificou-se um total de 250 milhões de pessoas em condições de pobreza (correspondente a 61% da população da região), tendo-se elevado este número, em 1990, para 270 milhões de pobres (62% da população). Ainda segundo os dados das referidas Conferências Regionais do PNUD, o país latinoamericano com maior número de pobres é o Brasil (62.3 milhões, equivalentes a 36% do total regional).

A estimativa do PNUD, na época, era que o número de pobres da América Latina passaria de 300 milhões de pessoas na virada do século.

Quando refletimos sobre esses dados, vemos o importante papel que têm os comunicadores e a mídia de levantarem um debate amplo e aprofundado sobre tais questões, discutindo com os setores competentes a formulação de políticas públicas voltadas para a inclusão social e a defesa da vida. É neste sentido que devemos examinar os fundamentos da “sustentabilidade” proposta em determinados projetos. Coincidimos com Trindade (1993-110) que o desenvolvimento sustentável implica um novo conceito a abranger não só o crescimento econômico, mas também o provimento de justiça e oportunidades para todos, visto que o crescimento assim entendido passa a ser um imperativo (ao invés de uma opção), sendo seu objetivo primordial a proteção da vida humana. Por isto o PNUD não mede mais o crescimento pelo antigo Produto Nacional Bruto – ainda tão comemorado no Brasil - mas pela conjunção de dois outros índices, o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, e o Índice de Liberdade Política-ILP. São indicadores que não medem apenas o crescimento econômico, mas também a esperança de vida, a educação, as liberdades públicas, afinal a felicidade das pessoas, consubstanciada entre os novos direitos humanos, também chamados “direitos de solidariedade”.

Nos países democráticos a mídia tem a oportunidade de fiscalizar os poderes públicos em benefício da sociedade, o que, por si só, exige um comportamento igualmente democrático e ético da própria mídia, atuando a serviço da sociedade e não contra ela. O direito a um meio-ambiente sadio requer a proteção contra os atos

danosos dos Estados assim como dos particulares, e impõe deveres ao Estado, aos grupos ou coletividades e aos indivíduos, segundo Trindade (1993-116).

A Comissão Brundtland também considerou o reconhecimento do “direito de os indivíduos conhecerem e terem acesso às informações correntes sobre o estado do meio-ambiente e dos recursos naturais, o direito de serem consultados e de participarem do processo decisório relativo a atividades que possam ter um efeito significativo sobre o meio –ambiente”. (cf. Trindade,1993-119). Na mesma linha, a já citada Agenda 21, ao referir-se aos problemas prementes de hoje e aos desafios deste novo século, sustenta “a mais ampla participação pública e o engajamento ativo das organizações não-governamentais e outros grupos”, conforme se lê em seu capítulo 1, par.3.

Igualmente o relatório “Nossa Própria Agenda” (1990) preparado pela Comissão Latinoamericana e Caribenha sobre Desenvolvimento e Meio-Ambiente, destinado a desenvolver uma visão regional da temática ambiental antes da Rio-Eco-92, observou que o desenvolvimento sustentável não será possível sem a verdadeira democracia, sem a responsabilidade conjunta do Estado e da sociedade, o que pressupõe a existência de uma sociedade bem informada, uma mobilização social em prol do desenvolvimento sustentável, e a habilidade dos cidadãos de controlar o Estado, frisando ainda que “uma democracia participativa caracteriza-se por uma proliferação de organizações que servem como intermediários entre o Estado e a sociedade”. É o que vimos ao estudar as teorias da comunicação, portanto não restam dúvidas quanto ao papel ativo e protagonista dos meios de comunicação e dos comunicadores.

Considerações finais

Vimos neste artigo que o termo “sustentabilidade” tem tido aplicação demasiado ampla, mas consideramos que é dever dos comunicadores informar adequadamente sobre as questões relacionadas com o meio-ambiente porque os receptores da mídia têm direito à informação correta e bem apurada. Relacionamos alguns documentos da ONU que defendem esse direito, tanto como a ampla participação popular em ambiente plural e democrático, sobre iniciativas públicas ou privadas que impactem o meio-ambiente. Também estudamos o compromisso ético dos meios à luz das teorias da comunicação, destacando-se a Teoria da Circularidade.

É necessário levar em conta, por outro lado, que não apenas a sociedade mas a própria mídia está mudando velozmente em nossos dias. A sociedade em rede descrita por Castells é cada vez mais um lugar de produção de conteúdos e não apenas de recepção. A destronada relação informativa “um para todos” deu lugar a uma produção viral que democratizou o espaço público antes concentrado na mídia. O que vimos recentemente no norte da África e no Oriente Médio – sem contar o que já tínhamos visto antes na invasão do Iraque – está a comprovar que a mídia social tem enorme poder de comunicação e de persuasão. É a poderosa arma dos jovens contra as opressões, a corrupção, os desmandos, as ditaduras, as medidas anti-sociais, os atentados aos direitos humanos e, naturalmente, a serviço da vida e, portanto, do meio-ambiente.

Isto significa que os meios convencionais de comunicação perderão o bonde da história se não cuidarem de acompanhar essa revolução dos jovens e das novas tecnologias colocando-se inteiramente em defesa de uma “sustentabilidade” sem subterfúgios, sem meios conceitos, sem falsidade ideológica, que tenha a vida humana como razão de ser.

Certamente é pela necessidade de se firmar tal conceito que a Conferência da ONU prevista para 2012, a Rio+20, terá como tema o “Desenvolvimento Sustentável”. Trata-se de uma evolução natural das conferências anteriores centradas sobre “O Homem e o Meio-Ambiente-Estocolmo, 1972” e “O Meio-ambiente e o Desenvolvimento-Rio, 1992”.

Cabe aqui, para finalizar, mais uma oportuna observação do jurista Antônio Augusto Cançado Trindade: “Cada ser humano, como portador e criador de cultura, há de contribuir para transformar a realidade. E esta cultura, ao abrigar valores comuns superiores, será o *substratum* do direito comum da humanidade que desponta neste novo século”.

Referências

- ABRAMO, C. **A Regra do Jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BELTRÃO, L. e QUIRINO, N. O. **Subsídios para uma Teoria da Comunicação de Massa**. São Paulo: Summus, 1986.
- CASTELS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ECO, U. **Apocalípticos e Integrados**. Trad. de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1993

- FERRY, L. **A Nova Ordem Ecológica – A Árvore, o Animal, o Homem**. Trad. de Fernando Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1996
- GENRO, A. **O Segredo da Pirâmide - Para uma Teoria Marxista do Jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- GOSWAMI, A. **A Janela Visionária**. Trad. de Paulo Salles. São Paulo: Cultrix, 2003.
- HABERMAS, J. **Teoria de La Acción Comunicativa I e II**. Madrid: Taurus, 1987
- HALIME, S. **Os Novos Cães de Guarda**. Trad. de Guilherme Teixeira. São Paulo: Vozes, 1998.
- LEFF, H. **Epistemologia Ambiental**. Trad. de Sandra Valenzuela. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LITTLEJOHN, S.W. **Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana**. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- LUTZENBERGER, J. **Manual de Ecologia – Do Jardim ao Poder**. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- MARTINS, J. P. S. **Terra, Nave Mãe – por um Socialismo Ecológico**. São Paulo: Traço, 1991.
- MATTELART, A. e M. **História das Teorias da Comunicação**. Trad. de Luis Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1999.
- MORIN, E. **O Enigma do Homem – para uma Nova Antropologia**. Trad. de Fernando Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MORIN, E. **A Cabeça Bem Feita**. 8.ed. Trad. de Eloá Jacobina. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos - Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- MOSER, A. **O Problema Ecológico e suas Implicações Éticas**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- OLIVEIRA, I. C. A de. *Teorias da Comunicação*. Para de Minas: Virtual Books Online M&M Editores, 2003. Disponível em www.virtualbooks.com.br
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- RAMONET, Ignácio. **A tirania da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento – Crescer sem Destruir**. Trad. de Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986.
- SCHUMACHER, C. F. **O Negócio é ser Pequeno**. São Paulo: Zahar, 1977.
- SEMPERE J. & RIECHMENN, J. **Sociologia y Médio Ambiente**. Madri: Editorial Síntesis, 2000.
- THUROW, L. C. **O Futuro do Capitalismo – Como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã**. Trad. de Nivaldo Montingelli Jr. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. v. 1. Florianópolis: Insular, 2004.

TRINDADE, A.A.C. **Direitos Humanos e Meio-Ambiente: Paralelo dos sistemas de proteção internacional**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1993.

VEIGA, J. E. da. **Sustentabilidade** – a legitimação de um novo valor. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.